



EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do setor de licitação do **Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP - Universidade Estadual do oeste do Paraná**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 0012/2024 Número para localização no Comprasgov: 90012/2024 TIPO: menor preço REGISTRO DE PREÇO UASG 926277	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: A partir das 09:00 horas do dia 25/01/2024, Início da sessão / disputa de lances: 09:00 horas do dia 09/02/2024 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	---

1. OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto o **registro de preço de Registro de preço para medicamentos para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.**

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

2.1. O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 841.472,25.**

3. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

3.1. O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.

3.2. O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <https://www.comprasparana.pr.gov.br> e <https://huopforum.unioeste.br/index.php>.

3.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeira Verônica Zanchettin e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º - GRE, servidores(as) do setor de licitação do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

E-mail: huop.licitacoes@unioeste.br

Telefones/whatsapp: (45) 3321-5125

Endereço: Avenida Tancredo Neves, 3224, Cascavel - Paraná.

O atendimento será feito no horário das 08h às 12 h e das 13h às 17 h.

4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

4.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (até as 23:59 do dia 05/02/2024), através do endereço eletrônico huop.licitacoes@unioeste.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.2. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

4.2.1. As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por campo específico no sítio eletrônico [http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp), observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;



4.3. DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

4.3.1. No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/entrada.do>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

5. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1. A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2. A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: valor máximo unitário

1.1. Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valor(es) unitário(s) máximo(s) fixados neste Edital.

2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: item

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s), nesta fase, serão desclassificados”.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de menor preço.

2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s), serão desclassificadas.”

3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1. O prazo de validade das propostas deverá ser de no mínimo 90 dias, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital conforme CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO disposto no item 4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

4. PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5. RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

5.1. O gerenciamento de estoque e das quantidades solicitadas e, principalmente, pelo histórico de compras da instituição para os itens citados onde não há participação de microempresas, e esses critérios inviabilizam o fornecimento dos produtos por mais de uma empresa, bem como a exclusividade para microempresas.

6. AMOSTRA:

6.1. O envio de amostras não será necessário para este processo, conforme informações descritas no item 1.1.1 deste termo de referência.

7. GARANTIA:

7.1. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

8. CONSÓRCIO:

8.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

9. ANEXOS:

Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP
Processo e-protocolo nº 21.117.938-4
Pregão eletrônico



Anexo II - DOS DOCUMENTOS
Anexo III - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO DE DESCRITIVO)
Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO
Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Anexo VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Anexo VIII - ORDEM DE COMPRA OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>
3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- 1.1. O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp), na página <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.
- 1.2. O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Compras.gov.
- 1.3. O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 1.4. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal no Compras.gov.
 - 1.4.1. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas implica em sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e Sistema de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de Certificado Digital conferido pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.4. Recomenda-se a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (<http://www.comprasparana.pr.gov.br>), nos termos do Decreto Estadual n.º 9452 de 15 de maio de 2015.
- 2.5. Para a habilitação os interessados deverão estar com o cadastro no GMS – Gestão de Materiais e Serviços do Governo do Estado do Paraná completo e não somente o simplificado, será habilitado com o simplificado, somente se for comprovado que o cadastro completo não foi finalizado devido a problemas no GMS. Link para o cadastro completo, <http://www.comprasparana.pr.gov.br>.
- 2.6. No caso previsto no item 2.5, a proponente terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para a realização do cadastro completo, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, sob pena de, se não o fizer, decadência do direito à habilitação. Sendo a fase retornada no certame para o julgamento da proposta da próxima colocada.
- 2.7. Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - A REALIZAÇÃO DO PREGÃO do presente Edital.
- 2.8. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
 - 2.8.1. tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
 - 2.8.2. constituíram as pessoas jurídicas que foram penalizadas conforme item 2.8.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
 - 2.8.3. tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.8.2;
 - 2.8.4. não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
 - 2.8.5. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou



atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.8.6.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.8.7. As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.9. A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.10. Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.11. O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3. PROPOSTA INICIAL

3.1. Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1. o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2. a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2. A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1. A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3. Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5. O(a) Pregoeiro(a), poderá verificar as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;

4.1.2. Marca/modelo/referência;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, **número do registro ou inscrição do bem no órgão competente**, quando for o caso.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, **quanto na etapa de lances**, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**, podendo sofrer sanção prevista no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.



4.4.1. Caso o proponente ofertar um lance equivocadamente e, no mesmo momento verificou o erro, há possibilidade da empresa ligar diretamente para o pregoeiro, através do telefone 45 3321-5125, solicitando e justificando o cancelamento do último lance, sendo que **somente poderá ocorrer a exclusão do lance se a fase de lance do item ainda não tiver sido concluída.**

4.4.1.1. Caso não haja tempo hábil para o pregoeiro excluir o lance, a empresa deverá honrar com o lance ofertado sob pena de sofrer sanção conforme informa o item 4.4.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (dias) a contar da data de sua apresentação.

4.6. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.1.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.1.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitação, sendo informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.4.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



- 5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
- 5.20.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21.** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.22.** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.24.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.25.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.26.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 5.27.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.27.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.27.2.** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos de habilitação conforme solicitado em edital.
- 5.27.3.** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.27.2.
- 5.28.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 6.2.** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.
- 6.3.** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 6.3.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.



6.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, ou análise técnica, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

6.6. É facultado ao pregoeiro solicitar a complementação da proposta e/ou de documentos de habilitação e/ou específicas do item, os quais deverão ser encaminhados, via sistema de licitação, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.

6.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.7.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.9. Serão avaliados os critérios estabelecidos no item 12. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA**

6.9.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.9.2. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa (Brasil), necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.9.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.9.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manipuladas, abertas, furadas, cortadas e/ou desmontadas, se necessário, a fim de possibilitar a análise da equipe técnica, não gerando direito a ressarcimento.

6.9.5. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras em conformidade não serão devolvidas aos proponentes, as consideradas não conformes deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (dias) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.10. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III -), os documentos de habilitação (conforme Anexo II - DOS DOCUMENTOS e do item 12. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO do Termo de referência (Anexo I -)** até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (<https://www.gms.pr.gov.br/gms/loginUsuario.do?action=iniciarProcesso>), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.



7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1. Deverá ser informada marca, modelo e referência, se for o caso, do produto ofertado. No caso de o descritivo exigir registro em órgão específico, o número do registro também deverá constar na proposta.

8.1.2. A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.3. As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.3.1. Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.4. Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.5. Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA.

9. OS RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1. As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2. Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.3. A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.4. As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).



- 9.5.** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.
- 9.6.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 10.1.** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.
- 10.2.** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1.** Homologada a licitação pela autoridade competente, o(a) [ÓRGÃO/ENTIDADE/SETOR] convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 11.2.** O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste Edital.
- 11.3.** Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 11.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 11.5.** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 11.6.** Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.
- 11.7.** Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.
- 11.8.** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.
- 11.8.1.** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.
- 11.8.2.** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
- 11.8.3.** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.



11.8.4. O transcurso do período citado no item 11.9.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

12. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES (CARONA)

12.1. À adesão à ata de registro de preço será possível somente as unidades da Unioeste

12.2. As unidades da Unioeste que não participaram do processo, poderão aderir à ata de registro de preços, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.3. A manifestação de interesse deverá ser encaminhada via e-protocolo para a PRAF/DIRCOM – Reitoria, através de ofício solicitando a adesão com detalhe das quantidades, valores, itens solicitados, informação de disponibilidade orçamentária e a justificativa da vantagem da adesão. Juntamente com ofício deve ser anexado a ata de registro de preço e o aceite do fornecedor.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições ou contratações adicionais mencionadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

12.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.7. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

13. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

13.1. O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital ou entregar o objeto do processo licitatório conforme ordem de compra ou documento equivalente.

13.2. Para a assinatura do contrato ou emissão ordem de compra ou instrumento equivalente, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.3. Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

13.4. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

13.5. Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 13.2 e 13.4 ou se recusar a assinar o contrato ou proceder a entrega do objeto conforme ordem de compra ou instrumento equivalente, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

13.5.1. A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo conforme código disciplinar para eventual aplicação de sanções administrativas.

13.5.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

13.6. A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

13.7. Antes de cada pagamento, o setor financeiro realizará consulta no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço – GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

14.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.2.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

15.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

15.3. É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.4. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.



15.5. A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

15.6. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

15.7. Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

15.8. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.9. O foro é o da Comarca da Cascavel, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Cascavel, 23 de janeiro de 2024.

Rafael Muniz de Oliveira
Diretor Geral e Ordenador de Despesas
Hospital Universitário do Oeste do Paraná



Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Registro de preços para compra de medicamentos para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná como um todo, de modo especial as unidades de internamento, conforme solicitação de compras n.º104080 e especificações da planilha abaixo:

Tabela 1 – Dos itens

HUOP - ITENS DA LICITAÇÃO Pregão Eletrônico - Registro de Preços							
 (Nova licitação gerada automaticamente pela cotação: 52502)							
Item	Código Material	Un. Med.	Quantidade	Vi. Máximo Edital	Vi total edital	A/C/B	
1	2343 N-acetilcisteína 200mg envelope ccom 5gr de granulado. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de env identificação e procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0432679. Código GMS: 6501.2588.	env	800,0000	0,7800	624,0000	N/N/N	
2	61192 Albendazol 400mg comprimido. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação, procedência, cp registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve ser ofertado na apresentação de REFERÊNCIA, GENÉRICO ou SIMILAR EQUIVALENTE. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0267506 / Código GMS: 6501.246.	cp	700,0000	0,4500	315,0000	N/N/N	
3	1654 Amitriptilina 25mg, comprimido. Blister produzido para dose unitária ou com no mínimo 3mm de distância entre comprimidos dispostos de forma paralela. Apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0267512. Código GMS: 6502.1025.	cp	4.200,0000	0,0700	294,0000	N/N/N	
4	18163 Amoxicilina 400mg+Clavulanato de Potássio 57mg/5mL, suspensão oral, frasco com 70mL. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde como medicamento. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. O medicamento deve ser ofertado na apresentação de GENÉRICO, REFERÊNCIA ou SIMILAR EQUIVALENTE. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0386396. GMS: 65016.70979.	Fr	150,0000	22,4200	3.363,0000	N/N/N	
5	72354 Atorvastatina 20mg comp. Blister apresentando lote, data de validade, dados de identificação. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0268081 / Código GMS: 6501.274.	cp	12.300,0000	0,4200	5.166,0000	N/N/N	
6	8865 Baclofeno 10mg, comprimido. Blister produzido para dose unitária ou com no mínimo 3mm de distância entre comprimidos dispostos de forma paralela. Apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0271746. Código GMS 6501.2645.	cp	3.300,0000	0,3000	990,0000	N/N/N	
7	6410 Carvedilol 12,5mg comprimido. Blister apresentando lote, data de validade, dados de identificação. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0267564. Código GMS: 6501.312.	cp	4.000,0000	0,2100	840,0000	N/N/N	
8	6400 Carvedilol 3,125mg comprimido. Blister apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0267566 / Código GMS: 6501.310.	cp	1.000,0000	0,1200	120,0000	N/N/N	
9	736 Ceftriaxona 1g IM inj. c/ reconstituente 3,5mL. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação, FA procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0450891. CÓDIGO GMS: 6501.322.	FA	25,0000	14,0700	351,7500	N/N/N	
10	38295 Cilostazol 50mg comprimido. Blister apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0276377 / Código GMS: 6501.2693.	cp	750,0000	0,2700	202,5000	N/N/N	
11	802 Colchicina 0,5mg Comprimido. Blister produzido para dose unitária ou com no mínimo 3mm de distância entre comprimidos dispostos de forma paralela, apresentando lote e data de validade. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR: 0267642. Código GMS: 6501.529.	cp	500,0000	0,3600	180,0000	N/N/N	
12	57703 Deltametrina 0,2mg/ml Xampu, frasco com 100mL. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0268242. Código GMS: 6501.533.	Fr	50,0000	8,2500	412,5000	N/N/N	
Impresso em: 21/12/2023 09:35:40 Página 1 adriana.stucker CLIC00170							

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP
Processo e-protocolo nº 21.117.938-4
Pregão eletrônico



HUOP - ITENS DA LICITAÇÃO Pregão Eletrônico - Registro de Preços									
(Nova licitação gerada automaticamente pela cotação: 52502)									
13	2209	Deslanosideo 0,2 mg/ml, ampola de uso endovenoso 2ml. Ampola com lote e data de validade, impressos de maneira que não seja possível apagar. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0276283. Código GMS: 6501.523.	amp	750,0000	1,9600	1.470,0000	N/N/N		
14	30411	Dexpanterol 50mg/g, pomada. Tubo com 30g. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0299236. Código GMS: 6501.48668.	tb	2.850,0000	5,3400	15.219,0000	N/N/N		
15	502	Dimenidrinato 30mg + Pirodoxina 50mg, Glicose 1.000mg, Frutose 1.000mg ampola c/ 10mL, de uso intravenoso. Ampola com lote e data de validade, impressos de maneira que não seja possível apagar. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0272336 GMS 6501.587	amp	1.000,0000	7,0200	7.020,0000	N/N/N		
16	2224	Dobutamina 250mg, ampola 20mL. Ampola com lote e data de validade, impressos de maneira que não seja possível apagar. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR: 0268446. Código GMS 6501.721.	amp	3.600,0000	7,1600	25.776,0000	N/N/N		
17	69595	Anti séptico tópico solução aquosa a base de clorexidina 1% (Digluconato de Clorexidina 10mg/mL), acondicionado em frasco plástico, tipo almotolia contendo 100mL. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde ou sua isenção. Código BR: 0296990. Código GMS: 6501.70055.	Alm	6.200,0000	2,1300	13.206,0000	N/N/N		
18	36283	Espirinolactona 50mg comprimido. Blister produzido para dose unitária ou com no mínimo 3mm de distância entre comprimidos dispostos de forma paralela. Apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0338134. Código GMS: 6501.5972.	cp	1.100,0000	0,5400	594,0000	N/N/N		
19	645	Gentamicina 20mg/ml ampola de uso endovenoso 1ml. Ampola com lote e data de validade. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0269761. Código GMS: 6501.788.	amp	2.800,0000	1,4100	3.948,0000	N/N/N		
20	1481	Haloperidol 1mg comprimido. Blister apresentando lote e data de validade. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0267670. Código GMS: 6502.1138.	cp	400,0000	0,1800	72,0000	N/N/N		
21	4114	Hidralazina 25mg, comprimido. Blister produzido para dose unitária ou com no mínimo 3mm de distância entre comprimidos dispostos de forma paralela. Apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 268111/ Código GMS: 6501.2248.	drg	15.000,0000	0,3100	4.650,0000	N/N/N		
22	838	Hidralazina 50mg comprimido Blister produzido para dose unitária ou com no mínimo 3mm de distância entre comprimidos dispostos de forma paralela. Apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 268112 / Código GMS: 6501.3098.	drg	7.200,0000	0,4100	2.952,0000	N/N/N		
23	41951	Insulina NPH humana 100UI/ml, frasco 10ml. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação, Fr procedência, registro no Ministério da Saúde. Com indicação para uso adulto e pediátrico. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0271157. Código GMS: 6501.3158.	Fr	235,0000	27,3200	6.420,2000	N/N/N		
24	36333	Insulina (Lispro ou Aspart) ultra-rápida 100UI/ml, frasco-ampola 10ml de uso subcutâneo. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 276233. Código GMS: 6501.3161.	Fr	55,0000	89,3200	4.912,6000	N/N/N		
25	51148	Lamotrigina 50mg comprimido. Blister produzido para dose unitária ou com no mínimo 3mm de distância entre comprimidos dispostos de forma paralela, apresentando lote e data de validade. O medicamento deve possuir	cp	1.200,0000	0,4600	552,0000	N/N/N		
Impresso em: 21/12/2023 09:35:40				Página 2		adriana.stucker		CLIC00170	

HUOP - ITENS DA LICITAÇÃO Pregão Eletrônico - Registro de Preços									
(Nova licitação gerada automaticamente pela cotação: 52502)									
26	36353	Leucovorina Cálcica 50mg, frasco-ampola de uso endovenoso. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0309042. Código GMS: 6501.3894.	FA	150,0000	23,1600	3.474,0000	N/N/N		
27	73661	Levetiracetam 100mg/ml frasco de 100ml Cod. BR 0352933 / Código GMS: 6502.70310.	Fr	100,0000	54,5700	5.457,0000	N/N/N		
28	467	Lidocaina 2% sem vasoconstritor, frasco-ampola 20mL acondicionado em estojo esterilizados. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação. Estojo com dados de procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0269843. Código GMS: 6501.2536.	FA	15.000,0000	7,7800	116.700,0000	N/N/N		
29	4504	Loratadina 10mg comprimido. Blister produzido para dose unitária ou com no mínimo 3mm de distância entre comprimidos dispostos de forma paralela. Apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0273466. Código GMS 6501-825	cp	1.440,0000	0,1200	172,8000	N/N/N		
30	12040	Acetato de Medroxiprogesterona 150mg, suspensão injetável injetável, ampola de 1mL. Embalagem com lote e data de validade, impressos de maneira que não seja possível apagar. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0398702. Código GMS: 6501.829.	amp	40,0000	18,4300	737,2000	N/N/N		
31	840	Metaraminol 10mg injetável, ampola c/ 1mL. Ampola com lote e data de validade. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0442581. Código GMS 6501.1771. Código GMS: 6501.1771.	amp	4.200,0000	14,0500	59.010,0000	N/N/N		
32	2365	Lactato de miltirina 1mg/mL injetável, ampola c/ 10mL. Ampola com lote e data de validade. Detentor do registro deve possuir AFE, CBPF e Licença Sanitária regulares, sendo que CBPF e Licença Sanitária devem ser do local de fabricação. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 273474 / Código GMS: 6501.4793.	amp	50,0000	73,3000	3.665,0000	N/N/N		
33	57986	Misoprostol 200mcg, comprimido vaginal. Blister produzido para dose unitária ou com no mínimo 3mm de distância entre comprimidos dispostos de forma paralela. Apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0358755. GMS 6502.1163	cp va	1.200,0000	39,8100	47.772,0000	N/N/N		
34	64084	Morfina (sulfato) 0,1mg/mL, ampola 1mL (estojo individual esterilizado). Ampola com lote e data de validade, impressos de maneira que não seja possível apagar. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0420599. Código GMS 6401.20736	amp	5.400,0000	2,6200	14.148,0000	N/N/N		
35	67540	Adesivo transdérmico de nicotina, liberando 14mg em 24 horas, descrito em bula. Embalagem apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. Cod BR 0376106. Código GMS: 6501.69506.	un	980,0000	10,6900	10.476,2000	N/N/N		
36	48592	Adesivo transdérmico de nicotina, liberando 7mg em 24 horas, descrito em bula. Embalagem apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. Cod. BR 0376105. Código GMS: 6501.69500.	un	700,0000	9,6500	6.755,0000	N/N/N		
37	67541	Adesivo transdérmico de nicotina, liberando 21mg em 24 horas, descrito em bula. Embalagem apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. Cod. BR 0376107. Código GMS: 6501.69507.	un	700,0000	10,0700	7.049,0000	N/N/N		
38	2258	Cloridrato de Oximetazolina 0,05% solução nasal frasco com volume de 30mL. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação e procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 271645. Código GMS: 6501.1382.	Fr	100,0000	7,9600	796,0000	N/N/N		
Impresso em: 21/12/2023 09:35:40				Página 3		adriana.stucker		CLIC00170	

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5

Assinatura Avançada realizada por: **Sara Priscila de Carvalho Treccossi (XXX.898.909-XX)** em 23/01/2024 15:58 Local: UNIOESTE/H48. Inserido ao protocolo **21.117.938-4** por: **Aline Pereira do Amaral Camargo** em: 23/01/2024 13:21. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **e27909270cc89697f6cb71bd6878b0ca**.



HUOP - ITENS DA LICITAÇÃO Pregão Eletrônico - Registro de Preços							
(Nova licitação gerada automaticamente pela cotação: 52502)							
39	1436 Papaverina (cloridrato) 100mg, ampola com 2mL, de uso intravenoso. Ampola com lote e data de validade, impressos de maneira que não seja possível apagar. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0270875. GMS 6501.1387	amp	50,0000	16,1600	808,0000	N/N/N	
40	4319 Cloridrato de sertralina 50mg comprimido. Blister produzido para dose unitária ou com no mínimo 3mm de distância entre comprimidos. Apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0272365. Código GMS: 6502.1188.	cp	5.000,0000	0,3100	1.550,0000	N/N/N	
41	8306 Sinvastatina 20mg comprimido. Blister apresentadno lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0267747. Código GMS: 6501.962.	cp	30.500,0000	0,1500	4.575,0000	N/N/N	
42	594 Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg, ampola c/ 5mL, de uso intravenoso. Ampola com lote e data de validade, impressos de maneira que não seja possível apagar. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0308885. Código GMS: 6501.968.	amp	3.200,0000	3,6800	11.776,0000	N/N/N	
43	41353 Sulfato de Bário 1g/mL suspensão oral frasco 150mL. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0448848. Código GMS: 6501.49915.	Cop	10,0000	16,6400	166,4000	N/N/N	
44	71455 Surfactante pulmonar natural porcino 240mg - Frasco-ampola C/ 3mL. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0353398. CÓDIGO GMS: 6501.72016.	Fr	210,0000	1.959,4600	411.486,6000	N/N/N	
45	2140 Cloridrato de Tiamina 300mg (Vitamina B1) comprimido. Blister apresentando lote, data de validade, dados de identificação. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0272341. Código GMS: 6501.3808.	cp	5.300,0000	0,2500	1.325,0000	N/N/N	
46	43342 Tiopental 1g frasco-ampola de uso endovenoso. Embalagem primária com lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0278261. Código GMS: 6502.1191.	FA	150,0000	35,5900	5.338,5000	N/N/N	
47	65287 Succinato de Metoprolol 25mg comprimido de liberação controlada. Blister produzido para dose unitária ou com no mínimo 3mm de distância entre comprimidos dispostos de forma paralela. Apresentando lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0276656 / Código GMS: 6501.2839.	cp LP	14.400,0000	0,3100	4.464,0000	N/N/N	
48	57988 Solução de Glicose 5%, embalagem com 50mL de solução estéril e apirrogênica, envasada em frasco ou bolsa com sistema fechado de infusão, quimicamente inerte, apresentando baixa ou nenhuma interação com medicamentos. Deve ser dotada de boa colapsabilidade, com sistema de duplo canal: um para conexão do equipo de infusão com abertura e outro para adição de medicamentos com membrana auto-cicatrizante. Embalagem primária com identificação do tipo de solução, lote, data de validade, dados de identificação, procedência, registro no Ministério da Saúde. O medicamento deve possuir registro vigente no MS. Código BR 0270092. GMS:6501.76796.	Fr	7.200,0000	3,3500	24.120,0000	N/N/N	
Total (48)			166.245,0000		841.472,2500		
Impresso em: 21/12/2023 09:35:40 Página 4 adriana.stucker CLIC00170							

1.1.2. Classificação dos bens e serviços comuns:

1.1.2.1. Observa-se que os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e pelo que estão aptos a satisfazer necessidades comuns, não precisando conter características peculiares para atingir seus fins. Os atributos essenciais do objeto, possuem forma objetiva e uniforme, cujas características tendem a padronização e invariáveis ou então, sujeitas a diferenças mínimas.

1.1.3. Da padronização

1.1.3.1. Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável, no Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.1.4. Memória de cálculo:

1.1.4.1. Conforme descrito **item 5** do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.5. Critério de aceitabilidade de preços utilizado:

1.1.5.1. valor unitário.

1.1.6. Proposta parcial:

1.1.6.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

2. DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO E DA JUSTIFICATIVA

O Hospital Universitário do Oeste do Paraná conta com 298 leitos de internamento para clínica médica, cirúrgica e unidades intensivas no atendimento de pacientes adultos e pediátricos. Conta também com

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



Centro Cirúrgico, Centro Obstétrico, Serviço de Hemodiálise Hospitalar e Hemodinâmica, sendo classificado como Hospital de Alta complexidade e média/longa permanência. É referência nas especialidades de Urgência e Emergência, Ortopedia/Traumatologia, Neurocirurgia, Nefrologia/Urologia, Ginecologia, Cirurgia Geral, Cardiologia, Bucomaxilofacial, Neurologia Clínica, Clínica Geral, AIDS, Obstetrícia Cirúrgica, Obstetrícia Clínica, Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica, Unidade de Cuidados Intermediários neonatal convencional, Pediatria Clínica e Psiquiatria, no atendimento de uma região que abrange a macrorregional oeste, especificamente a 10ª Regional de Saúde, qual presta atendimento a 502.951 habitantes.

A aquisição das diferentes classes de medicamentos se faz necessária para manutenção dos atendimentos na instituição quais visam promover e auxiliar na recuperação da saúde dos indivíduos internados, sendo a indicação de cada medicamento específica, conforme sua classe e aplicações clínicas.

- **Acetilcisteína 200mg envelope c/ 5g:** Qual se trata de um antídoto, agente mucolíticos, qual atua de maneira hepatoprotetora em casos de overdose por paracetamol, restaurando a glutatona hepática, servindo como um substituto da glutatona e melhorando a conjugação de metabólitos tóxicos, sendo essencial nos casos de intoxicações acidentais ou intencionais pela droga. Como agente mucolíticos exerce sua ação por meio do grupo sulfidril livre, que abre as ligações dissulfeto nas muco proteínas, diminuindo assim a viscosidade do muco. Possui indicação, portanto, como antídoto e mucolíticos em casos de doenças que levem a secreções mucosas anormais, viscosas ou espessas, como DPOC, fibrose cística e doenças pulmonares agudas. Na instituição possui ambos os usos de maneira ampla, no entanto, se elevam os riscos de óbito e complicações em casos em que não está disponível para utilização como antídoto. Sendo utilizado em setores como Enfermarias adulto (F2, G3, isolamento G2), Pronto Socorro Urgência e Emergência e Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e Unidade de Terapia Intensiva Pronto Socorro.
- **Albendazol 400mg CP:** Qual se trata de um anti-helmíntico, que atua causando degeneração seletiva de microtúbulos citoplasmáticos nas células intestinais e tegumentares dos helmintos e larvas intestinais. Com isso o glicogênio é depletado, a captação de glicose e a secreção de colinesterase são prejudicadas e as substâncias profanadoras se acumulam internamente, a produção de ATP também diminui, causando esgotamento de energia, imobilização e morte. Indicado nos casos de Enterobíase, Tricuríase, Ascardíase, Ancilostomíase, Teníase, Estrongiloidíase, Giardíase, Necatoríase e Opistoquíase. Na instituição possui uso nos setores de Enfermaria Adulto (F2, isolamento G2), Pronto Socorro Urgência e Emergência, Psiquiatria, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.
- **Amitriptilina 25mg CP:** Considerando que se trata de um antidepressivo tricíclico de uso consagrado na medicina, qual aumentando a concentração sináptica de serotonina e/ou noradrenalina no sistema nervoso central pela inibição de sua recaptação pela bomba de membrana neuronal pré-sináptica. Possui indicação no transtorno depressivo maior (unipolar), dores crônicas, síndrome do vômito cíclico, fibromialgia, cefaleia tensional crônica, enxaqueca, dor neuropática crônica, neuralgia pós herpética e sialorreia. Na instituição possui uso amplo nos setores de Enfermarias Adulto (F1, F2, G3, G2), Maternidade, Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade de Terapia Intensiva Pronto Socorro.
- **Amoxicilina+Clavulanato 400mg+57mg/5mL Suspensão Oral. FR 70mL:** Trata-se um antibiótico da classe das Penicilinas, onde a Amoxicilina atua inibindo a síntese da parede celular bacteriana, ligando-se a uma ou mais proteínas de ligação à penicilina (PBPs), que por sua vez inibe a etapa final de transpeptidação da síntese do peptidoglicano nas paredes celulares bacterianas, inibindo assim a biossíntese da parede celular. As bactérias eventualmente lisam devido à atividade contínua das enzimas autolíticas da parede celular (autolisinas e hidrolases de mureína) enquanto a montagem da parede celular é interrompida. O ácido Clavulânico atua ligando-se e inibindo as beta-lactamases que inativam a amoxicilina, resultando assim na expansão do espectro de ação, incluindo bactérias antes resistentes. Possui uso nos setores de Enfermaria Adulto (F1, G3), Pediatria, Maternidade, Pronto Socorro, Psiquiatria, Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.
- **Atorvastatina 20mg CP:** Considerando que se trata de um antilipêmico, inibidor do HMG-CoA redutase, qual atua de maneira a inibir a enzima, limitando a taxa de síntese do colesterol, isso resulta então

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

3.1 Minuta_ edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



em um aumento compensatório na expressão de receptores de LDL nas membranas dos hepatócitos e em uma estimulação do catabolismo de LDL. Além da capacidade dos inibidores de HMG-CoA redutase de diminuir os níveis de proteína C reativa de alta sensibilidade, também possuem propriedades pleiotrópias, incluindo melhora da função endotelial, redução da inflamação no local da placa coronariana, inibição da agregação plaquetária e efeitos anticoagulantes. Possui indicação na hipercolesterolemia familiar (adulta e pediátrica) e prevenção de doença cardiovascular aterosclerótica, sendo indicado na instituição mais comumente a pacientes que apresentam alto risco cardiovascular. Possui uso amplo nos setores de Enfermaria Adulto (F1, F2, F3, G3, G2), Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva Pronto Socorro.

- **Baclofeno 10mg CP:** Considerando que um relaxante muscular, qual atua inibindo a transmissão de reflexos monossinápticos e polissinápticos ao nível de medula espinhal, possivelmente por hiperpolarização dos terminais das fibras aferentes primárias, com alívio resultante da espasticidade muscular. Possui indicação em terapias para esclerose múltipla ou lesões da medula espinhal ou alguma outra doença medular, sendo também indicado nos casos de soluço refratário e espasmo muscular ou dor músculo esquelética. Na instituição possui utilização, sobretudo, nos pacientes internados pela especialidade de neurocirurgia em setores como Enfermaria Adulto (F1, F2, G3, isolamento G2), Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Pronto Socorro, Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.

- **Carvedilol 12,5mg CP:** Trata-se de um anti-hipertensivo da classe dos betabloqueadores com atividade de bloqueio alfa, atuando realizando redução do débito cardíaco, taquicardia induzida por exercícios ou ortostática reflexa, vasodilatação, diminuição da resistência vascular periférica, renal, redução da atividade da renina plasmática e níveis aumentados de peptídeo natriurético atrial. Na insuficiência cardíaca seus efeitos incluem diminuição da pressão capilar pulmonar, da pressão da artéria pulmonar, da frequência cardíaca, da resistência vascular sistêmica, aumento do índice de volume sistólico e diminuição da pressão atrial direita. Possui indicação na insuficiência cardíaca com fração de ejeção reduzida, hipertensão e ainda na angina estável, fibrilação/flutter atrial, manutenção do controle da frequência ventricular, infarto (tratamento e prevenção secundária), taquicardia ventricular. Na instituição possui uso na Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica, Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Pronto Socorro e Enfermarias Adulto (G2, G3, F1, F2).

- **Carvedilol 3,125mg CP:** Trata-se de um anti-hipertensivo da classe dos betabloqueadores com atividade de bloqueio alfa, atuando realizando redução do débito cardíaco, taquicardia induzida por exercícios ou ortostática reflexa, vasodilatação, diminuição da resistência vascular periférica, renal, redução da atividade da renina plasmática e níveis aumentados de peptídeo natriurético atrial. Na insuficiência cardíaca seus efeitos incluem diminuição da pressão capilar pulmonar, da pressão da artéria pulmonar, da frequência cardíaca, da resistência vascular sistêmica, aumento do índice de volume sistólico e diminuição da pressão atrial direita. Possui indicação na insuficiência cardíaca com fração de ejeção reduzida, hipertensão e ainda na angina estável, fibrilação/flutter atrial, manutenção do controle da frequência ventricular, infarto (tratamento e prevenção secundária), taquicardia ventricular. Possui uso nos setores de Diálise intra-hospitalar, Enfermaria Adulto (F2, G2), Pronto Socorro, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.

- **Ceftriaxona 1g IM inj. c/ reconstituente 3,5mL:** Qual se trata de um antibiótico da classe das cefalosporinas de terceira geração, atua inibindo a síntese da parede celular bacteriana ligando-se a uma ou mais proteína de ligação à penicilinas, que por sua vez inibe a etapa final da transpeptidação da síntese de peptídeoglicano nas paredes celulares bacterianas, inibindo assim a biossíntese da parede celular. As bactérias eventualmente lisam devido à atividade contínua das enzimas autolíticas da parede celular, quanto a montagem da parede celular é interrompida. Possui indicação em infecções de corrente sanguínea, ósseas, articulares, intra-abdominais, do trato respiratório inferior, meningite, otite, doença inflamatória pélvica, infecções de pele e tecidos moles, profilaxia cirúrgica colorretal e infecções do trato urinário não complicadas por germes sensíveis. A apresentação intramuscular possui como vantagem a administração de doses a pacientes que não possuem acesso venoso, ou de acesso venoso difícil, sobretudo na população pediátrica. Possui uso, sobretudo, no Pronto Socorro e Enfermaria Pediátrica.



- **Cilostazol 50mg CP:** Classificado como um agente antiplaquetário e vasodilatador, inibidor da enzima fosfodiesterase 3, qual atua inibindo a enzima citada, resultando em aumento do AMP cíclico, levando a inibição reversível da agregação plaquetária, vasodilatação e inibição da proliferação de células musculares lisas vasculares. Indicado na redução dos sintomas de claudicação, na terapia como agente adjuvante em intervenção percutânea eletiva (ex: colocação de Stent) e prevenção secundária de acidente vascular cerebral isquêmico não cardioembólico ou ataque isquêmico transitório. Possui uso nas Unidades de Enfermaria adulto (F2, G3, G2), Pronto Socorro, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.
- **Colchicina 0,5mg CP:** Trata-se de um agente anti gostoso, qual atua interrompendo as funções do citoesqueleto ao inibir a β -tubulina nos microtúbulos, evitando a ativação, degranulação e migração de neutrófilos associados à mediação de alguns sintomas de gota. Na febre familiar do Mediterrâneo, pode interferir na montagem intracelular do complexo inflamassoma presente em neutrófilos e monócitos que medeiam a ativação da interleucina-1 β . Possui indicação na doença cardiovascular aterosclerótica de alto risco, febre familiar do mediterrâneo e crise de gota, sendo também utilizada na pericardite aguda, artrite cristalina de pirofosfato de cálcio, vasculite cutânea idiopática, dentre outras indicações. Possui uso em setores como Enfermarias adulto (F2, G3), Pronto Socorro Urgência e Emergência e Unidade de Terapia Intensiva Adulto.
- **Deltametrina 0,2mg/mL Xampu Frasco c/ 100ml:** Trata-se de um escabicida, pediculicida, qual uma vez no interior do organismo do inseto a Deltametrina é transportada para hemolinfa, fixa-se aos gânglios nervosos periféricos e nas estruturas motoras do sistema nervoso periféricos e nas estruturas motoras do sistema nervoso, produzindo excitabilidade, incoordenação motora, paralisia, letargia e morte do parasita. Indicado na pediculose, Ftíriase, Escabiose, Escabiose na infância e infestação por carrapatos ou parasitas no couro cabeludo em geral. Possui uso em setores como Psiquiatria, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.
- **Deslanosideo 0,2mg/mL Ampola c/ 2mL:** Trata-se de um glicosídeo cardíaco, qual atua aumentando a contratilidade do coração e diminuindo a frequência cardíaca, pelo prolongamento do período refratário no nó átrio ventricular, aliviando a sintomatologia clínica da insuficiência cardíaca. Indicado em casos de insuficiência cardíaca congestiva, insuficiência cardíaca congestivas associadas à fibrilação, associadas ao *flutter* supraventricular, em casos de aumento da frequência cardíaca e taquicardia paroxística supraventricular. Na instituição possui uso nos setores de Enfermaria Adulto (F2, G3, isolamento G2), Hemodinâmica, Pronto Socorro Urgência e Emergência e Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.
- **Dexpantenol 50mg/g Pomada Tubo c/ 30g:** Classificado como agente cicatrizante, é um análogo alcoólico do ácido pantotênico, uma vitamina solúvel, que ajuda a melhorar irritações e favorece a cicatrização de pequenas lesões. Possui indicação nas dermatites por fraldas, fissuras de pele e mucosas, cicatrização de pequenas feridas e escaras. Na instituição possui uso nos setores de Centro Cirúrgico/Centro Obstétrico, Enfermarias Adulto (F1, F2, G3, isolamento G2), Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Psiquiatria, Unidade de Cuidado Intensivo Neonatal, Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.
- **Dimenidrinato 30mg, Vitamina B6 50mg, Glicose 1g, D-frutose 1g Ampola:** Qual trata-se de um antiemético, onde o dimenidrinato compete com a histamina pelos locais do receptor H1 nas células efetoras do trato gastrointestinal, vasos sanguíneos e trato respiratório, bloqueia a zona de gatilho quimiorreceptor, diminui a estimulação vestibular e deprime a função labiríntica por meio da sua atividade anticolinérgica central. A piridoxina é uma Coenzima que atua em numerosas transformações metabólicas de proteínas e aminoácidos, na biossíntese dos neurotransmissores GABA, de serotonina e dopamina, atua também como um modulador das ações dos hormônios esteroides por meio da interação com receptores esteroides complexos. Sua ação trófica sobre o tecido nervoso lhe confere utilidade terapêutica nos casos em que existe uma degeneração coclear com comprometimento vestibular; A Frutose e a Glicose é coadjuvante no tratamento da hiperêmese e toxemia grávidas e dos estados nauseosos aliados à fraqueza geral. Suplementa o fornecimento das calorias necessárias para as reações metabólicas, diminuir as perdas proteicas e de nitrogênio, reduzir ou prevenir a ocorrência de cetose, promover a deposição de glicogênio e reduzir a perda de eletrólitos. Possui indicação na náusea e vômito na gravidez, cinetose, náusea e vômito



pós-tratamentos radioterápicos e em pré e pós-operatório, incluindo vômitos pós-cirurgias do trato gastrointestinal, no controle profilático e na terapêutica da crise aguda dos transtornos da função vestibular e/ou vertiginosos, de origem central ou periférica, incluindo Labirintites. É comumente utilizado nos setores do Centro Cirúrgico, Centro Obstétrico, Enfermarias Adulto (F2, G3), Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.

- **Dobutamina 12,5mg/mL Ampola c/ 20mL:** qual trata-se de um agente agonista adrenérgico, que possui efeito inotrópico. A dobutamina, uma mistura racêmica, estimula os receptores beta 1 -adrenérgicos do miocárdio principalmente pelo enantiômero (+) e algum agonismo do receptor alfa 1 pelo enantiômero (-), resultando em aumento da contratilidade e da frequência cardíaca, e estimula tanto o beta 2 quanto o alfa 1 receptores na vasculatura. Embora os receptores adrenérgicos beta 2 e alfa 1 também sejam ativados, os efeitos da ativação dos receptores beta 2 podem igualmente compensar ou ser ligeiramente maiores que os efeitos dos receptores alfa 1, resultando em alguma vasodilatação além das ações inotrópicas e cronotrópicas e também reduz a pressão venosa central e a pressão de cunha, mas tem pouco efeito na resistência vascular pulmonar. Possui indicação na insuficiência cardíaca aguda descompensada e suporte inotrópico. Na instituição é utilizado nos setores de Centro Obstétrico, Enfermarias Adulto (F2, G3), Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Cuidado Intensivo, Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica, Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica, tendo uso ainda mais expressivo nas unidades intensivas pediátricas descritas.

- **Clorexidina Tópica 1% Solução Aquosa Almotolia c/ 100mL:** Considerando que se trata de um antisséptico, qual é uma solução antisséptica tópica. Pode apresentar ação bacteriostática ou bactericida, a depender de sua concentração. Atua contra organismos anaeróbios facultativos, leveduras, Gram-positivos e negativos. A sua ação se deve à ligação desta molécula catiônica às paredes celulares bacterianas de carga negativa. Em baixas concentrações, promove efeito bacteriostático, em altas concentrações, o conteúdo citoplasmático da célula bacteriana precipita e resulta em morte celular. Pode ser utilizada para higienização de pele íntegra. Na instituição possui indicação de preparação para limpeza de pele, meato urinário para passagens de sondas, limpeza de sítios de punção venosa, coleta de sangue ou aplicação de medicamentos. Possui uso nos setores de Ambulatório, Centro Cirúrgico, Enfermarias Adulto (F1, F2, G3, isolamento G2), Maternidade, Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.

- **Espironolactona 50mg CP:** Qual se trata de um agente anti-hipertensivo, diurético, da classe dos antagonistas do receptor mineralocorticoide poupador de potássio, que atua basicamente competindo pela Aldosterona pelos locais receptores nos túbulos renais distais, aumentando a excreção de Cloreto de sódio e água, enquanto conserva íons potássio e hidrogênio, também pode bloquear o efeito da Aldosterona no músculo liso arteriolar. Indicado em casos de Ascite por cirrose, insuficiência cardíaca com fração de ejeção reduzida, hipertensão crônica e hiperaldosteronismo primário. Possui uso nas unidades de Enfermaria Adulto (F1, F2, G3, isolamento G2), Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.

- **Gentamicina, Sulfato 20mg/mL Ampola c/ 1mL:** Trata-se de um antibiótico da classe dos aminoglicosídeos, que interfere na síntese de proteínas bacterianas ligando-se à subunidade ribossômica 30S, resultando em uma membrana celular bacteriana defeituosa. Indicado em infecções graves como sepse, meningite, infecções do trato urinário, respiratório, endocardite e peritonites causadas por microrganismos Gram-negativos sensíveis. Faz parte do protocolo interno de tratamento da sepse neonatal. Na instituição possui uso amplo em setores como Centro Cirúrgico/Obstétrico, Enfermarias Adulto (F2, G3), Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Maternidade, Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade Cuidado Intensivo Neonatal, Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.

- **Haloperidol 1mg CP:** Trata-se de um agente antipsicótico típico, de primeira geração, qual atua bloqueando de forma não seletiva os receptores D2 dopaminérgicos pós-sinápticos no cérebro. Indicado no tratamento de distúrbios de comportamento, hiperatividade, esquizofrenia, síndrome de Tourette e manejo de tiques e uso *off-label* na agitação e agressão, transtorno bipolar, delirium hiperativo e náuseas e vômitos

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>
3.1 Minuta_ edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



graves e refratários. Faz parte do protocolo de tratamento de pacientes com delirium hiperativo na instituição, sendo a principal indicação hoje. Possui uso nos setores de Enfermaria Adulto (F2, G3), Pronto Socorro Urgência e Emergência, Psiquiatria e Unidade de Terapia Intensiva Adulto.

- **Hidralazina 25mg DRG:** Trata-se de um anti-hipertensivo, vasodilatador, qual atua causando vasodilatação direta das arteríolas com diminuição da resistência sistêmica, o mecanismo exato é desconhecido, no entanto, a vasodilatação arterial pode ocorrer através da inibição da liberação de cálcio do retículo sarcoplasmático e da inibição da fosforilação da miosina nas células musculares lisas arteriais. Possui indicação no tratamento da hipertensão, insuficiência cardíaca com fração de ejeção reduzida, emergência hipertensiva na gravidez ou pós-parto. No hospital possui uso nos setores de Centro Obstétrico, Diálise intra-hospitalar, Enfermarias Adulto (F1, F2, G3, isolamento G2), Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.

- **Hidralazina 50mg drágea:** Trata-se de um anti-hipertensivo, vasodilatador, qual atua causando vasodilatação direta das arteríolas com diminuição da resistência sistêmica, o mecanismo exato é desconhecido, no entanto, a vasodilatação arterial pode ocorrer através da inibição da liberação de cálcio do retículo sarcoplasmático e da inibição da fosforilação da miosina nas células musculares lisas arteriais. Possui indicação no tratamento da hipertensão, insuficiência cardíaca com fração de ejeção reduzida, emergência hipertensiva na gravidez ou pós-parto. Possui uso nos setores de Unidade.

- **Insulina NPH Humana 100UI/mL Frasco c/ 10mL:** Trata-se de um hormônio análogo ao endógeno, qual possui uma ação intermediária, onde mimetiza a ação da insulina basal. Atua por meio de receptores específicos ligados à membrana nos tecidos-alvo para regular o metabolismo de carboidratos, proteínas e gorduras, que incluem como órgãos o fígado, músculo esquelético e tecido adiposo. Dentro do fígado, a insulina estimula a síntese hepática de glicogênio. A insulina promove a síntese hepática de ácidos graxos, que são liberados na circulação como lipoproteínas. Os efeitos da insulina no músculo esquelético incluem aumento da síntese de proteínas e aumento da síntese de glicogênio. A insulina estimula a síntese e atividade da lipoproteína lipase; isso resulta na hidrólise de triglicerídeos em ácidos graxos livres e no armazenamento de ácidos graxos livres nos adipócitos, reduzindo assim os níveis circulantes de triglicerídeos. A insulina promove a síntese hepática de ácidos graxos, que são liberados na circulação como lipoproteínas. Possui uso no tratamento do Diabetes tipo 1 e tipo 2, cetoacidose diabética, diabetes gestacional, hiperglicemia e em pacientes hospitalizados. Possui uso nos setores de Centro Obstétrico, Enfermarias Adulto (F2, G3, isolamento G2), Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.

- **Insulina Ultrarrápida (Lispro ou Aspart) 100UI/mL Frasco c/ 10mL:** Trata-se de um hormônio análogo ao endógeno, qual possui uma ação intermediária, onde mimetiza a ação da insulina basal. Atua por meio de receptores específicos ligados à membrana nos tecidos-alvo para regular o metabolismo de carboidratos, proteínas e gorduras, que incluem como órgãos o fígado, músculo esquelético e tecido adiposo. Dentro do fígado, a insulina estimula a síntese hepática de glicogênio. A insulina promove a síntese hepática de ácidos graxos, que são liberados na circulação como lipoproteínas. Possui uso no tratamento do Diabetes tipo 1 e tipo 2, cetoacidose diabética, diabetes gestacional, hiperglicemia e em pacientes hospitalizados. Os efeitos da insulina no músculo esquelético incluem aumento da síntese de proteínas e aumento da síntese de glicogênio. A insulina estimula a síntese e atividade da lipoproteína lipase; isso resulta na hidrólise de triglicerídeos em ácidos graxos livres e no armazenamento de ácidos graxos livres nos adipócitos, reduzindo assim os níveis circulantes de triglicerídeos. Possui uso nos setores de Enfermaria Adulto (F2, G3), Pediatria, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.

- **Lamotrigina 50mg CP:** Trata-se de agente anticonvulsivante. Um derivado de triazina que inibe a liberação de glutamato e inibe a liberação as membranas neuronais. A Lamotrigina tem um efeito inibitório fraco no receptor 5-HT₃, in vitro inibe a diidrofolato redutase. Considerando seu uso nos setores de Centro Cirúrgico/Centro, Enfermaria Adulto (F1, F2, G3, Isolamento G2), Maternidade, Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Terapia Intensiva do Pronto Socorro.

- **Leucovorina Cálcica 50mg (Ácido Folínico) FA:** Trata-se de um Antídoto/vitamina, agente resgatador/modulador de quimioterapia. A leucovorina fornece o cofator necessário bloqueado pelo



metotrexato. A leucovorina compete ativamente com o metotrexato pelos locais de transporte, desloca o metotrexato dos locais de ligação intracelular e restaura os estoques ativos de folato necessários para a síntese de DNA/RNA. A leucovorina estabiliza a ligação do 5-dUMP e da timidilato sintetase, aumentando a atividade do fluorouracil. Quando administrada com pirimetamina para o tratamento de infecções oportunistas, a leucovorina reduz o risco de toxicidade hematológica. Como antídoto é utilizado no tratamento de toxicidade do metanol, onde atua como fonte de tetrahidrofolato, que ajuda o corpo a eliminar o ácido fórmico, metabólito tóxico do metanol. Possui indicações no câncer colorretal avançado, anemia megalobástica e toxicidade por metotrexato, bem como em alguns outros cânceres e gravidez ectópica tubária. Possui uso nos setores de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pronto Socorro Urgência e Emergência.

- **Levetiracetam 100mg/mL Frasco c/ 100ml:** Trata-se de um anticonvulsivante, onde o mecanismo exato pelo qual o medicamento exerce seu efeito ainda é desconhecido. Contudo, vários estudos sugeriram que o mecanismo pode envolver um ou mais dos seguintes efeitos farmacológicos centrais: inibição de canais de cálcio do tipo N dependentes de voltagem; facilitação da transmissão inibitória GABAérgica através do deslocamento de moduladores negativos; redução da corrente de potássio retificadora retardada; e/ou ligação a proteínas sinápticas que modulam a liberação de neurotransmissores. Possui indicação nas crises convulsivas de início focal em adultos, crianças, adolescentes e bebês, nas crises mioclônicas juvenis, em pacientes submetidos a craniotomia, profilaxia das convulsões do mal epilético, hemorragia subaracnóidea, lesão cerebral traumática. Na instituição qual possui uso principalmente na Pediatria e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica, a qual após o fornecimento linear pretende-se que seja ampliado também para os setores de internamento adulto, conforme as indicações especificadas.
- **Lidocaína, Cloridrato 2% s/ Vasoconstritor Frasco-ampola c/ 20mL:** Trata-se de um agente antiarrítmico e anestésico local. Como antiarrítmico suprime a automaticidade do tecido de condução, aumentando o limiar de estimulação elétrica do ventrículo, sistema His-Purkinje e despolarização espontânea dos ventrículos durante a diástole por ação direta nos tecidos; bloqueia a iniciação e a condução dos impulsos nervosos, diminuindo a permeabilidade da membrana neuronal aos íons sódio, o que resulta na inibição da despolarização com o resultante bloqueio da condução. Possui indicação na anestesia local e regional por infiltração, bloqueio nervoso e técnicas de anestesia peridural ou raquidiana ou ainda no tratamento agudo de arritmias ventriculares, devido infarto, por exemplo. Na instituição possui seu uso nos setores de Ambulatório, Centro Cirúrgico/Centro Obstétrico, setor de Diálise intra-hospitalar, Enfermarias Adulto (G3, isolamento G2), Hemodinâmica, Maternidade, Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.
- **Loratadina 10mg CP:** Trata-se de um antagonista de H1 (Histamina) e derivado de Piperidina, sendo um anti-histamínico tricíclico de ação prolongada com propriedades antagonistas seletivas dos receptores H1 da Histamina periférica. Possui indicação na rinite alérgica ou conjuntivite e urticária. É comumente prescrito como protocolo para reações adversas envolvendo medicamentos ou outras reações de hipersensibilidade no geral. Considerando seu uso no Centro Obstétrico, Enfermarias Adulto (F1, F2, G3, isolamento G2), Maternidade, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Psiquiatria, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.
- **Medroxiprogesterona (acetato)150mg inj:** Considerando que se trata de um contraceptivo da classe das progestinas, onde acetato de medroxiprogesterona (MPA) transforma um endométrio proliferativo em um endométrio secretor. Quando administrado com estrogênios conjugados, o MPA reduz a incidência de hiperplasia endometrial e o risco de adenocarcinoma. Quando usado como injeção para contracepção (doses de 150 mg IM ou 104 mg SubQ), o MPA inibe a secreção de gonadotrofinas hipofisárias, o que impede a maturação folicular e a ovulação e causa adelgaçamento do endométrio. Os progestágenos, como a medroxiprogesterona, quando usados para endometriose, levam à atrofia do tecido endometrial. Eles também podem suprimir novo crescimento e implantação, levando que a dor associada à endometriose diminua. Possui indicação no sangramento uterino anormal não agudo, contracepção, carcinoma endometrial, endometriose, hiperplasia endometrial associada à terapia com estrogênio e amenorreia secundária. Na instituição faz parte da contracepção em jovens da ala psiquiátricas durante seu ciclo de tratamento na instituição. Portanto, possui uso no setor de Psiquiatria.



- **Metaraminol 10mg Inj. Ampola c/ 1mL:** Considerando que se trata de um agente hipotensor, qual é uma potente amina simpatomimética que aumenta a pressão arterial tanto diastólica quanto sistólica, tem efeito inotrópico positivo sobre o coração e ação vasoconstritora sobre os vasos. É indicada no manejo de casos hipotensivos associados a raquianestesia e hipotensão devido a hemorragia, reações medicamentosas, complicações cirúrgicas e choque. Possui uso no Centro Cirúrgico/Centro Obstétrico e Hemodinâmica.
- **Milrinona, Lactato 1mg/mL Inj. Ampola c/ 10mL:** Considerando se tratar de um agente inotrópico, inibidor da enzima fosfodiesterase 3, qual atua como inibidor seletivo da fosfodiesterase no tecido cardíaco e vascular, resultando em vasodilatação e efeitos inotrópicos com pouca atividade cronotrópica. É utilizada na instituição sobretudo em protocolo de atendimentos a cardiopatias graves em pacientes neonatais e pediátricos. Possui consumo nos setores de Hemodinâmica, Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.
- **Misoprostol 200mcg CP Vaginal:** Se trata de uma Prostaglandina, onde o Misoprostol é um análogo sintético da Prostaglandina E1, que substitui as prostaglandinas protetoras consumidas com terapias inibidoras de prostaglandinas, onde foi demonstrado que induz contrações uterinas. Possui indicação na interrupção da gravidez intrauterina em até 70 dias de gestação, amadurecimento cervical e indução do parto, perda precoce da gravidez, aborto incompleto e hemorragia pós-parto. Utilizado nos setores de Centro Obstétrico.
- **Morfina, Sulfato 0,1mg/mL Ampola c/ 1mL:** Se trata de um analgésico opioide, liga-se aos receptores opioides no SNC, causando inibição das vias ascendentes da dor, alterando a percepção e a resposta à dor e produzindo também depressão generalizada do SNC. Possui indicações no tratamento da dor aguda e crônica, como droga indicada para dor intensa, indicado ainda em pacientes graves internados em UTI para fins de analgesia e sedação ou no controle da dispneia em pacientes em cuidados paliativos. Utilizado nos setores de Centro Cirúrgico/Centro Obstétrico, Maternidade e Pronto Socorro Urgência e Emergência e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.
- **Nicotina transdérmica 14mg/24h:** Considerando que se trata de um agonista do receptor nicotínico, onde a nicotina se liga de forma seletiva aos receptores nicotínico-colinérgicos no sistema nervoso central (SNC) e periférico, levando a dois tipos de efeitos principais no SNC: efeito estimulante (especialmente no córtex) e é exercido através do *Locus ceruleus* e um efeito de recompensa é exercido no sistema límbico. Possui indicação no abandono do tabagismo. Na instituição possui indicação no protocolo dos pacientes da ala de desintoxicação, quando tabagistas. Portanto, possui indicação e uso no setor de Psiquiatria.
- **Nicotina transdérmica 7mg/24h:** Considerando que se trata de um agonista do receptor nicotínico, onde a nicotina se liga de forma seletiva aos receptores nicotínico-colinérgicos no sistema nervoso central (SNC) e periférico, levando a dois tipos de efeitos principais no SNC: efeito estimulante (especialmente no córtex) e é exercido através do *Locus ceruleus* e um efeito de recompensa é exercido no sistema límbico. Possui indicação no abandono do tabagismo. Na instituição possui indicação no protocolo dos pacientes da ala de desintoxicação, quando tabagistas. Portanto, possui indicação e uso no setor de Psiquiatria.
- **Nicotina transdérmica 21mg/24h:** Considerando que se trata de um agonista do receptor nicotínico, onde a nicotina se liga de forma seletiva aos receptores nicotínico-colinérgicos no sistema nervoso central (SNC) e periférico, levando a dois tipos de efeitos principais no SNC: efeito estimulante (especialmente no córtex) e é exercido através do *Locus ceruleus* e um efeito de recompensa é exercido no sistema límbico. Possui indicação no abandono do tabagismo. Na instituição possui indicação no protocolo dos pacientes da ala de desintoxicação, quando tabagistas. Portanto, possui indicação e uso no setor de Psiquiatria.
- **Oximetazolina, Cloridrato 0,5mg/mL Solução Nasal Adulto, Frasco c/ 30mL:** Se trata de um agente agonista adrenérgico, descongestionante da classe dos derivados de Imidazolina. Atua estimulando os receptores alfa-adrenérgicos nas arteríolas da mucosa nasal para produzir vasoconstrição. É indicado no alívio da congestão nasal e congestão/pressão sinusal, sendo indicado também para vasoconstrição tópica em procedimentos nasais, sendo esta última a principal indicação na instituição. Com uso nos setores do Centro Cirúrgico, Enfermaria Adulto F1, Ponto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade de Terapia do Pronto Socorro.



- **Papaverina, Cloridrato 50mg/mL Ampola c/ 2mL:** Considerando que se trata de um vasodilatador, qual atua como espasmolítico do músculo liso, produzindo um relaxamento generalizado do músculo liso, incluindo: vasodilatação, relaxamento do esfíncter gastrointestinal, relaxamento do músculo brônquico e miocárdio potencialmente deprimido (com grandes doses); o relaxamento muscular pode ocorrer devido à inibição da fosfodiesterase do nucleotídeo cíclico, aumentando o AMP cíclico; o relaxamento muscular não está relacionado à inervação nervosa; a papaverina aumenta o fluxo sanguíneo cerebral em indivíduos normais; a captação de oxigênio permanece inalterada. Possui indicação no espasmo vascular, associado ao infarto e embolia, por exemplo, ou ainda em vaso espasmo e colheita de artérias mamárias para cirurgia de revascularização do miocárdio. Possui uso nos setores de Centro Cirúrgico e Hemodinâmica.
- **Sertralina, Cloridrato 50mg CP:** Se trata de um antidepressivo, da classe dos inibidores seletivos da recaptação de serotonina, onde há inibição seletiva na recaptação pré-sináptica de serotonina e apenas efeitos muito fracos na captação neuronal de norepinefrina e dopamina. Possui indicações no transtorno depressivo maior, transtorno obsessivo compulsivo, transtorno do pânico, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno disfórico pré-menstrual, transtorno de ansiedade social, transtorno de compulsão alimentar, transtorno dismórfico corporal, bulimia e distúrbio de ansiedade generalizada. Possui uso nos setores de Centro Obstétrico, Enfermaria Adulto (F2, F1, G3, isolamento G2), Maternidade, Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Psiquiatria, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.
- **Sinvastatina 20mg CP:** Considerando que se trata de um agente antilipêmico da classe dos inibidores da HMG-CoA redutase, onde é um derivado metilado da lovastatina, que atua inibindo competitivamente a 3-hidroxi-3-metilglutaril-coenzima A redutase, enzima que catalisa a etapa limitante da taxa da biossíntese do colesterol. Além da capacidade dos inibidores da HMG-CoA redutase de diminuir os níveis de proteína C reativa de alta sensibilidade, eles também possuem propriedades pleiotrópicas, incluindo melhora da função endotelial, redução da inflamação no local da placa coronariana, inibição da agregação plaquetária e efeitos anticoagulantes. Possui indicação na hipercolesterolemia familiar em adultos e crianças e prevenção de doença cardiovascular aterosclerótica, primária e secundária, sendo a principal indicação de uso dentro da instituição hoje. É utilizada nos setores de Diálise intra-hospitalar, Enfermarias Adulto (F1, F2, G3, isolamento G2), Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.
- **Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg Ampola c/ 5mL:** Se trata de um antibiótico da classe derivada das Sulfanilamidas, onde o Sulfametoxazol interfere na síntese e no crescimento bacteriano do ácido fólico por meio da formação de ácido diidrofólico a partir do ácido para-aminobenzoico, já a trimetoprima inibe a redução do ácido diidrofólico e tetraidrofolato, resultando na inibição sequencial de enzimas da via do ácido fólico. Indicado no tratamento de infecções do Trato urinário, otite média, exacerbações agudas de DPOC, tratamento ou profilaxia de Pneumocystis, abscessos e outras condições infecciosas. Utilizado nos setores de Centro Cirúrgico, Enfermarias Adulto (F2, isolamento G2, Ortopedia/Neurologia), Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica. Ressaltamos que para esse item o mesmo possui falta no mercado ao longo do tempo, no entanto trata-se de um medicamento crucial na terapia dos pacientes, sobretudo nos pacientes HIV positivo na profilaxia do Pneumocystis.
- **Sulfato de Bário 1g/mL Suspensão Oral Frasco c/ 150mL:** Qual trata-se de um agente radiopaco, utilizado como agente diagnóstico, onde o bário é um material insolúvel e opaco aos raios X e, portanto, fornece um contraste positivo para estudos radiográficos, sendo indicado como contraste no auxílio de procedimentos diagnósticos para tomografia computadorizada ou exames de raios X do trato gastrointestinal. Possui uso no setor de Pediatria e Pronto Socorro Urgência e Emergência.
- **Surfactante Pulmonar 240mg Frasco-ampola c/ 3mL:** Se trata de um medicamento análogo ao endógeno, onde atua reduzindo a tensão superficial na interface ar-líquido dos alvéolos durante a ventilação e estabiliza os alvéolos contra o colapso nas pressões transpulmonares de repouso. A deficiência de surfactante pulmonar em bebês prematuros resulta em síndrome do desconforto respiratório, caracterizada por má expansão pulmonar, troca gasosa inadequada e atelectasia. O Alfacoproctanto compensa a deficiência de surfactante endógeno e restaura a atividade de superfície dos pulmões do bebê. Indicado na profilaxia e tratamento do recém-nascidos prematuros com síndrome de desconforto respiratório e doença da



membrana hialina. Possui uso nos setores de Centro Obstétrico, Maternidade, Unidade de Cuidado Intensivo Neonatal e Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.

- **Tiamina, Cloridrato 300mg CP:** Qual se trata de uma Vitamina hidrossolúvel, onde é uma coenzima essencial no catabolismo de carboidratos, combinando-se com o trifosfato de adenosina para formar pirofosfato de tiamina. Quando usada para tratamento de intoxicação por Etilenoglicol, acredita-se que a tiamina aumenta a formação de glicina, um metabólito não tóxico, que pode ser excretado. Possui indicação clínica no tratamento de deficiência de tiamina, Beibéri, encefalopatia de Wernicke (tratamento ou profilaxia), doença cardiovascular devido à deficiência de tiamina ou suplemento dietético. Possui uso nos setores de Enfermaria Adulto (F1, F2, G3, isolamento G2), Pronto Socorro Urgência e Emergência, Psiquiatria, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.

- **Tiopental Sódico 1g Frasco-ampola:** Se trata de um agente anticonvulsivante/anestésico geral da classe dos barbitúricos, potencializados do GABA e depressor do Glutamato, neurotransmissores inibitório e excitatório, respectivamente. Aumenta as respostas ao ácido gama-aminobutírico (GAB), diminuindo as respostas do Glutamato (GLU) e deprimindo diretamente a excitabilidade pelo aumento na condutância da membrana, desta forma ocorre significativa diminuição da excitabilidade neuronal para a produção de ação anestésica. É indicado para o tratamento de crises convulsivas refratárias, indução e manutenção anestésica, auxiliar em anestesia regional, no coma induzido ou hipertensão intracraniana. Considerando seu uso nos setores de Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.

- **Metoprolol, Succinato 25mg CPR Liberação prolongada:** Qual se trata de um agente antianginoso, anti-hipertensivo, da classe dos betabloqueadores beta 1 seletivos. Atua como inibidor seletivo dos receptores beta adrenérgicos, bloqueando competitivamente os receptores, com pouco ou nenhum efeito sobre receptores beta. Utilizado para tratar angina de peito, insuficiência cardíaca com fração de ejeção reduzida, hipertensão crônica ou infarto agudo do miocárdio. É indicado também na fibrilação/flutter atrial, prevenção da fibrilação atrial após cirurgia cardíaca, Taquicardia supraventricular, tireotoxicose e arritmias ventriculares. Possui uso nos setores do Centro Obstétrico, Enfermarias Adulto (F1, F2, G3, isolamento G2), Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.

- **Solução de Glicose 5% c/ 50mL:** Considerando que se trata de uma solução injetável, para reposição volêmica ou diluição e administração de medicamentos via infusão endovenosa, onde atua de maneira a favorecer o restabelecimento de fluído e suprimento calórico, bem como veículo para medicamentos. Na instituição possui uso extremamente amplo nas indicações acima especificadas, sendo crucial para correta administração de medicamentos. Possui uso nos setores de Centro Cirúrgico, Centro Obstétrico, Enfermarias Adulto (F1, F2, G3, isolamento G2), Maternidade, Pediatria, Pronto Socorro Urgência e Emergência, Unidade de Cuidado Intensivo Neonatal, Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro.

Dessa forma, a aquisição dos medicamentos citados neste processo é necessária, para possibilitar terapia adequada nas diferentes condições descritas em pacientes atendidos pelo HUOP.

3. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO/OBJETO

3.1. O objeto será licitado por item.

4. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) - LEI 123/2006 (cota 25%):

4.1.1. Os itens do processo não são passíveis de divisão considerando o gerenciamento de estoque e das quantidades solicitadas e, principalmente, pelo histórico de compras da instituição para os itens citados onde não há participação de microempresas, e esses critérios inviabilizam o fornecimento dos produtos por mais de uma empresa, bem como a exclusividade para microempresas.

5. PESQUISA DE PREÇOS

5.1. Os valores máximos constam no item 1.1.1 - Tabela de itens/lotes, “VI Unit.” e “VI. Total”.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



5.2. O mapa de formação de preço foi realizado conforme avaliação do gestor dos itens, fundamentado no Art. 368 do Decreto Estadual 10086/2022 que regulamenta a Lei Federal 14133/2021 e consta no e-protocolo.

5.3. As fontes pesquisadas e a metodologia adotada na formação do(s) preço(s) máximo(s) foram:

5.3.1. Parâmetros adotados:

- 5.3.1.1. Preços obtidos no BPS – base BPS
- 5.3.1.2. Preços obtidos no BPS – base SIASG
- 5.3.1.3. Preços obtidos no Sistema Comprasnet
- 5.3.1.4. Último preço pago pelo HUOP
- 5.3.1.5. Nota Paraná
- 5.3.1.6. Preços existentes nos bancos de preços do Sistema GMS
- 5.3.1.7. Preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas
- 5.3.1.8. Preços constantes de banco de preços e homepages
- 5.3.1.9. Pesquisa com fornecedores ou prestadores de serviços

5.4. Nesta cotação, aplicam-se as a média dos fornecedores consideráveis como ferramentas estatísticas para o tratamento dos dados.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. O contratado deverá adotar práticas de sustentabilidade, entre elas:

6.1.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.1.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.1.5. Logística reversa: A destinação correta e logística reversa está descrita no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do HUOP.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1. Prazo de entrega/realização do serviço: Conforme item 8.

7.2. Horário de entrega do produto/ realização do serviço: Conforme item 8.

7.3. Condições de entrega do produto/serviço: Conforme item 8.

7.4. Prazo de validade do produto: Conforme item 8.4.

7.5. Prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos: Conforme item 16.

7.6. Garantia do produto/serviço: Conforme item 9.1.12.

7.7. Manutenção e assistência técnica: Conforme item 9.

7.8. Capacitação: Conforme item 9.1.11.

7.8.1. Forma de contratação: licitação

7.8.2. Modalidade de licitação: pregão

7.8.3. Critério de julgamento: menor preço

7.8.4. Abrangência: nacional

7.8.5. Modo de disputa: aberto

7.8.6. Parcelamento ou não da solução: O objeto será parcelado em lotes contendo apenas um único item cada, conforme Súmula 247 do TCU

7.8.7. Instrumento de contratação: ordem de compra ou instrumento equivalente

7.8.8. Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances: 1%

8. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento se dará de forma contínua.

8.2. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados do recebimento da Ordem de Compra.

8.3. A entrega deverá ser realizada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, Cascavel - Paraná,



CEP.: 85.806-470, na Central de Abastecimento Farmacêutico, de segunda a sexta das 08:00 às 17:00 e, aos sábados, das 08:00 às 12:00 horas.

8.4. O prazo de validade, na data da entrega, deverá ser nas seguintes condições:

- a) No caso dos medicamentos com prazo de validade superior a 1 (um) ano, por ocasião da entrega somente serão aceitos aqueles cujos prazos de validade a transcorrer seja igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do prazo previsto, ou seja, que ainda não tenha decorrido 20% (vinte por cento) do prazo de validade.
- b) No caso de medicamentos com prazo de validade igual ou inferior a 1 (um) ano, somente serão aceitos aqueles cujos prazos de validade a transcorrer seja igual ou superior a 90% (noventa por cento) do prazo previsto, ou seja, que ainda não tenha decorrido 10% (dez por cento) do prazo de validade.
- c) O Contratante se reserva o direito de não receber nenhum produto com prazo de validade inferior aos especificados nos itens a e b, ressalvados os casos de interesse da Administração, desde que exista solicitação prévia da Contratada e justificativa expressa do órgão interessado, caso em que será formalizado o compromisso de troca de todo o quantitativo não utilizado.
- d) A carta de comprometimento de troca deverá acompanhar a nota fiscal no ato da entrega. A troca do quantitativo não utilizado até o vencimento deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após a solicitação da Contratante.

8.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo prazo estipulado para a entrega da ordem de compra, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.8. Nos termos do art. 359 do Decreto n.º 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis e alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares, e ainda, nas compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

8.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.10. A contratada se obriga a ajustar, refazer e ou substituir qualquer produto entregue, que pelo material utilizado ou defeito na fabricação prejudique a instituição.

8.11. Na ocorrência o gestor do contrato fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) produto(s), objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas em lei.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

9.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



- 9.1.5. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;
- 9.1.6. manter durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.7. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- 9.1.7.1. a empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual;
- 9.1.8. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.9. o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.
- 9.1.10. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 9.1.10.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 9.1.10.2. retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 9.1.10.3. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 9.1.10.4. prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

9.1.11. Capacitação:
1 Não se aplica.

9.1.12. Garantia do produto/serviço:
2 Não se aplica.

9.1.13. Comodato:
3 Não se aplica.

9.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
--

- 9.2.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 9.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.2.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 180/2013 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>).
- 9.2.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 9.2.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 9.2.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 9.2.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 9.2.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>
3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



desmobilização;

9.2.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.2.11. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

9.2.12. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

10.1. O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

10.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

10.3. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

10.4. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

10.5. A análise de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista será efetuada concomitantemente com a análise técnica da proposta e documentação técnica.

10.6. As exigências da habilitação técnica, tanto para a qualificação do licitante quanto para a qualificação dos itens, bem como os certificados de capacidade técnica, se aplicáveis, estão devidamente descritos abaixo:

10.7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.7.1. As documentações abaixo deverão ser apresentadas juntamente com a proposta da empresa após a etapa de lances para possibilitar a qualificação técnica do proponente e dos itens conforme constante abaixo:

10.7.2. Para qualificação do proponente:

- Certificado de Licença Sanitária da proponente emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados ou Distrito Federal ou Municípios, aquela que couber, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular.
- 4 Estando o certificado de licença vencido, a licitante deverá apresentar de forma legível o protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada do certificado vencido.
- 5 Os protocolos de revalidação do certificado deverão estar acompanhados de comprovante da tramitação ou declaração do órgão público concedente da referida licença. De acordo com o que preconiza: RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001 / DECRETO Nº 8.077, DE 14 DE AGOSTO DE 2013 / LEI Nº 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 1976.
- Autorização de Funcionamento da proponente emitida pela ANVISA, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular, perfeitamente legíveis e destacadas. Conforme Resolução da diretoria colegiada RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 e suas alterações (ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA). Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/>. Acessado em: 10 fev. 2021. Serão aceitos documentos obtidos através do endereço eletrônico <https://consultas.anvisa.gov.br/#/> ou sob a forma de cópia do Diário Oficial, devidamente destacado o trecho pertinente para comprovação.

- Autorização Especial da proponente emitida pela ANVISA deve ser apresentada em caso de medicamentos sujeitos a controle legal, exigida pela Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998.

- Certificado de Regularidade, emitido pelo Conselho Regional e/ou Federal de Farmácia, onde este documento deverá ser apresentado em caso de distribuidora ou indústria licitante.

6 OBS.: A equipe técnica poderá diligenciar e ou solicitar documentação complementar que comprove a regularidade sanitária do proponente.

10.7.3. Para qualificação dos itens:

Registro/Cadastro/Notificação do Produto no Ministério da Saúde do produto junto a ANVISA, serão aceitos documentos obtidos por consulta mediante a ANVISA (cópia atualizada) ou ainda cópia da publicação do deferimento do registro em DOU.

10.7.3.1. Conformidade da:

10.7.3.1.1. proposta com as especificações do edital;

10.7.3.1.2. catálogo ou bula do produto proposto com as especificações do edital (embalagem,

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



apresentação, comprimento, material entre outros), se exigido no item 1.1.1;

10.7.3.1.3. documentação técnica apresentada com a solicitada;

10.7.3.1.4. dos documentos de habilitação técnica do proponente. Os dados da proponente apresentados na proposta devem coincidir com o disposto nos documentos técnico solicitados no item 10.7.2. Serão avaliados os itens: razão social, CNPJ, endereço e natureza da atividade para qual a empresa está habilitada. Podem ser utilizados como fontes de consulta outros documentos ofertados na habilitação jurídica da empresa.

10.7.3.2. Ausência de alerta de restrição na ANVISA ou mesmo na Tecno vigilância (vigilância de produtos) do HUOP, no caso de produtos para saúde.

10.7.4. Para aprovação da amostra

10.7.5. O envio de amostras não será necessário para este processo, conforme informações descritas no item 1.1.1 deste termo de referência.

10.8. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

10.8.1. Não há requisitos para contratação definidos para este processo.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas “Informações para o Fornecedor” das “Ordens de Compras”, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.2. O pagamento fica condicionado a correta emissão da NFe, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido observadas as regras das IN RFB nº1.234/2012 e 2.145/2023 em todos os documentos fiscais emitidos para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, a partir de 1º de setembro de 2023, em caso de a empresa não ser optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI.

11.3. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.4.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.5. No caso de instituição de multa, a mesma poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.6. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo de pagamento pela Administração.

11.6.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

12.1.1. Gestão/Unidade: Unioeste – 4534 e Funsáude 4760

12.1.2. Fonte de Recursos: Unioeste – 262 e 101 e Funsáude 100

12.1.3. Programa de Trabalho: Unioeste – 6078 e Funsáude 6163,6170 e 8170

12.1.4. Elemento de Despesa: 3390.30.09.



13. VIGÊNCIA

13.1. O prazo de vigência da ata de registro de preço será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

14. DO REAJUSTAMENTO

14.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

14.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

14.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

14.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

14.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando que

17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

17.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

17.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

17.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

18. DA EQUIPE TÉCNICA

18.1. A equipe técnica poderá diligenciar e ou solicitar documentação complementar que comprove a regularidade do proponente e do fabricante/detentor do registro.

18.2. A equipe técnica poderá solicitar o envio do Catálogo Original sempre que julgar necessário.

18.3. Qualquer esclarecimento e informações sobre amostras, catálogos, e ainda especificações técnicas dos produtos contatar a Farmacêutica Elaine Cristina de Oliveira dos Santos, responsável pelo(a) setor da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), pelo telefone (45)3321-5203, das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda à sexta.

19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1.1. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá à servidora ELAINE CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS; CPF 985.487.949-68; e-mail huop-caf@unioeste.br; telefone 3321-5203; a qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022;

19.1.2. A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao servidor MARCIA ALVES MOL; CPF 047.435.369-95, e-mail ciaalves@hotmail.com; telefone 3321-5203 o qual será responsável pelas atribuições definidas nos art. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022;

19.1.3. O servidor responsável pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos Arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.



21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.1. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022.

Cascavel, 23 de janeiro de 2024.

Elaine Cristina Oliveira dos Santo
CRF-PR 15.144
Responsável pela elaboração do Termo de Referência



Anexo II - DOS DOCUMENTOS

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados pelo sistema de compras eletrônicas conforme estabelecido no presente Edital:

1.1. A documentação constante nos itens 2.1 à 2.1.5 e 3 do Anexo II - DOS DOCUMENTOS poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, tais com o GMS E SICAF, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei e que os documentos relacionados no certificado estejam dentro do prazo de validade.

2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1. Comprovante de constituição da empresa:

2.1.1. Cédula de Identidade, no caso de pessoa física, ou;

2.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

2.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício, ou;

2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

2.2. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso. (Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO)

3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

3.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

3.5. Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação);

3.6. Fazenda Municipal;

3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.1. O fornecedor deverá encaminhar:

4.1.1. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;



5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:

5.1. Certificado de Licença Sanitária da proponente emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados ou Distrito Federal ou Municípios, aquela que couber, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular. Estando o certificado de licença vencido, a licitante deverá apresentar de forma legível o protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada do certificado vencido. Os protocolos de revalidação do certificado deverão estar acompanhados de comprovante da tramitação ou declaração do órgão público concedente da referida licença. De acordo com o que preconiza: RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001 / DECRETO Nº 8.077, DE 14 DE AGOSTO DE 2013 / LEI Nº 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 1976. Autorização de Funcionamento da proponente emitida pela ANVISA, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular, perfeitamente legíveis e destacadas. Conforme Resolução da diretoria colegiada RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 e suas alterações (ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA). Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/>. Acessado em: 10 fev. 2021. Serão aceitos documentos obtidos através do endereço eletrônico <https://consultas.anvisa.gov.br/#/> ou sob a forma de cópia do Diário Oficial, devidamente destacado o trecho pertinente para comprovação. Autorização Especial da proponente emitida pela ANVISA deve ser apresentada em caso de medicamentos sujeitos a controle legal, exigida pela Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Certificado de Regularidade, emitido pelo Conselho Regional e/ou Federal de Farmácia, onde este documento deverá ser apresentado em caso de distribuidora ou indústria licitante.

6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO ITEM:

- 6.1.** Registro/Cadastro/Notificação do Produto no Ministério da Saúde do produto junto a ANVISA, serão aceitos documentos obtidos por consulta mediante a ANVISA (cópia atualizada) ou ainda cópia da publicação do deferimento do registro em DOU.
- 6.2.** Conformidade da proposta com as especificações do edital; catálogo ou bula do produto proposto com as especificações do edital (embalagem, apresentação, comprimento, material entre outros), se exigido no item 1.1.1;
- 6.3.** documentação técnica apresentada com a solicitada; dos documentos de habilitação técnica do proponente. Os dados da proponente apresentados na proposta devem coincidir com o disposto nos documentos técnico solicitados no item 10.7.2. Serão avaliados os itens: razão social, CNPJ, endereço e natureza da atividade para qual a empresa está habilitada. Podem ser utilizados como fontes de consulta outros documentos ofertados na habilitação jurídica da empresa. Ausência de alerta de restrição na ANVISA ou mesmo na Tecno vigilância (vigilância de produtos) do HUOP, no caso de produtos para saúde.

7. COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP

- 7.1.** Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).
- 7.2.** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>
3.1 Minuta_ edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.2.1. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

7.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.4. Na hipótese do item 7.2, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.5. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

7.6. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz).



Anexo III - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO DE DESCRITIVO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **Ano: 2023**

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:

CNPJ/CPF:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

e-mail:

Agência:

Banco:

Conta corrente:

Constitui objeto desta licitação: Registro de Preço de **Registro de preço para medicamentos para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná**, para atender às demandas do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Descrição do item que demonstre que o produto ofertado atende ao descritivo solicitado no termo de referência, informar marca/modelo/referência, registro do produto (se exigido no descritivo).						

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Local, 23 de janeiro de 2024.

Representante Legal

Orientações para preenchimento da proposta:

Quando o produto for isento de registro, pode ser informado que o mesmo é isento.

A proposta deverá ser elaborada observando-se o quantitativo de cotação de quantidade (vedada a cotação parcial ou inferior à exigida em cada um dos itens que compõem o Anexo I). Não deverão ser cotados produtos que não atendam às especificações mínimas previstas nos itens do Anexo I, sob pena de desclassificação.

O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS nº 26, de 2003 - CONFAZ.

As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP
Processo e-protocolo nº 21.117.938-4
Pregão eletrônico



Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>
3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5

Assinatura Avançada realizada por: **Sara Priscila de Carvalho Treccossi (XXX.898.909-XX)** em 23/01/2024 15:58 Local: UNIOESTE/H48. Inserido ao protocolo **21.117.938-4** por: **Aline Pereira do Amaral Camargo** em: 23/01/2024 13:21. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **e27909270cc89697fecb71bd6878b0ca**.



Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Cidade, 23 de janeiro de 2024.

OUTORGANTE



Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

- atendemos e aceitamos todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
- nos responsabilizamos pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe a esta empresa efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.
- para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.
- atendemos ao Decreto n.º 10.086, de 2022 do art. 362, cumpro o disposto no item 6, referente as regras de SUSTENTABILIDADE conforme Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.
- como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), fornecerei à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
 - aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - referentes a participações societárias;
 - informações inseridas em contratos sociais;
 - endereços físicos e eletrônicos;
 - estado civil;
 - eventuais informações sobre cônjuges;
 - relações de parentesco;
 - número de telefone;
 - sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa;dentre outros necessários à contratação.
- realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020
- cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
- Estou ciente que essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública e ainda que o tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local, 23 de janeiro de 2024.

Representante Legal



Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 364/2023, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



Anexo VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º	PROTOCOLO N.º
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Hospital Universitário do Oeste do Paraná, situada à Av. Tancredo Neves, 3224, Santo Onofre, Paraná, Brasil, aqui representado pelo Diretor Geral, Senhor xxxxx, nomeado pela Portaria n.º xxx - GRE, daqui por diante designado simplesmente de UNIOESTE, nos termos do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no menor preço n.º xxxxxxxx homologado pelo Diretor Geral da essa última atualização UNIOESTE - Hospital Universitário do Oeste do Paraná, para a futura e a eventual aquisição de xxxxx conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP, nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição xxxxxx, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 01 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
Item 1						

LOTE 02 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
Item 1						

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>
3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



4. CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

3.1 Minuta_ edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

9.1.5. 9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

9.1.6. 9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.1.7. 9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.8. 9.1.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.9. 9.1.5. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

9.1.10. 9.1.6. manter durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.11. 9.1.7. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

9.1.12. 9.1.7.1. a empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual;

9.1.13. 9.1.8. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. 9.1.9. o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

9.1.15. 9.1.10. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

9.1.16. 9.1.10.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

9.1.17. 9.1.10.2. retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

9.1.18. 9.1.10.3. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

9.1.19. 9.1.10.4. prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

9.1.20. 9.1.11. Capacitação:

9.1.21. Não se aplica.

9.1.22. 9.1.12. Garantia do produto/serviço:

9.1.23. Não se aplica.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

3.1 Minuta_edital_registro_HUOP_com_mala - versão 2023.5



- 9.1.24. 9.1.13. Comodato:
9.1.25. Não se aplica.

10. CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.1.2. emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.1.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.1.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

10.1.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.1.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e dos órgãos ou entidade demandante, quando couber.

10.1.7. 9.2.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.1.8. 9.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.9. 9.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo; 9.2.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 180/2013 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>).

10.1.10. 9.2.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.1.11. 9.2.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.1.12. 9.2.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.1.13. 9.2.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.1.14. 9.2.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.1.15. 9.2.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.1.16. 9.2.11. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

10.1.17. 9.2.12. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, a unidade da UNIOESTE que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Cascavel – Estado do Paraná.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no § 1.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet www.comprasparaná.pr.gov.br.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O Pregão Eletrônico nº é realizado pela Pregoeira, designada na Portaria n.º .

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO
ÓRGÃO GERENCIADOR]

[PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELA
CONDUÇÃO DO PREGÃO]

FORNECEDORES

LOTE/It em	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		



Anexo da Ata de Registro de Preços
Cadastro de Reserva

PROCESSO LICITATÓRIO PE PROTOCOLO

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	



Anexo VIII - ORDEM DE COMPRA OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

 unioeste Universidade Estadual do Oeste do Paraná Hospital Universitário do Oeste do Paraná	Universidade Estadual do Oeste do Paraná Tancredo Neves 85806470 Cascavel PR CNPJ 78.680.337/0007-70 I.E. Isento Fone 33215151 Fax E-mail huop.oc@unioeste.br	Ordem de Compra/Serviço LICITAÇÃO Data Modalidade Solicitante Mot.Cancel C.R.
ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO NÚMERO:		
Fornecedor Endereço Fone / Fax Contato E-mail Cód. credor	Cidade CNPJ/CPF I.E.	CEP UF
Item	Código Material	Descrição
1		
		Marca
		Qtde
		UM
		Vi. Unit.
		Vi. Total
		Total
		Total Geral
Prazo Entrega Local Entrega Condição de Pgto 30 Dias	Tipo Frete Valores em Real Hr Entrega	Cif - Frete por conta do Fornecedor
Observação: Enviar Nota Fiscal Eletrônica para os e-mail's: huop. @unioeste.br; A entrada para o local de entrega destes materiais está localizada na Rua OBSERVAÇÃO: Não aceitamos o Boleto Bancário, somente pagamento por Transferência Bancária.		
INFORMAÇÕES PARA O FORNECEDOR		
» Emitir Nota Fiscal fatura para: Razão Social: CNPJ: Endereço: RUA		
» Local de Entrega: Hospital Universitário do Oeste do Paraná - Endereço: Av. Tancredo Neves, 3224 - Bairro: Santo Onofre - CEP: 85806-470 - Cidade: Cascavel-PR.		
» Deve constar obrigatoriamente na Nota Fiscal o número desta Ordem de Compra, local de entrega e código do credor. A isenção do ICMS nas vendas internas está previsto no Decreto Estadual 7.871/2017.		
» A % obrigatório a emissão de Nota Fiscal Eletrônica em substituição aos modelos 1 e 1A. Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto ou na inexecução total ou parcial desta Ordem de Compra, será aplicada multa por dias de atraso conforme determinam as Leis 8.666/1993 e 15.608/2007. Para efetivação do pagamento a empresa deverá estar com o CRF - Certificado de Regularidade Fiscal válido conforme Decreto Estadual 9762/2013, de 19/12/2013.		
INFORMAÇÕES EXCLUSIVAS DA UNIOESTE		
Informação contábil		
Conta contábil	Rubrica	Valor
Printed on:	Page 1 OC:	CSUP00114

Documento: **Edital_PE_0012_2024_medicamentos.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Sara Priscila de Carvalho Treccossi (XXX.898.909-XX)** em 23/01/2024 15:58 Local: UNIOESTE/H48.

Inserido ao protocolo **21.117.938-4** por: **Aline Pereira do Amaral Camargo** em: 23/01/2024 13:21.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
e27909270cc89697fecb71bd6878b0ca.